

TEORIA CRÍTICA, INTERFACES E ATUAÇÃO FEMININA NA AUTOPRODUÇÃO HABITACIONAL: OUTRA POSSIBILIDADE DE PRODUÇÃO ARQUITETÔNICA

CRITICAL THEORY, INTERFACES AND FEMALE PERFORMANCE IN HOUSING SELF-PRODUCTION: ANOTHER POSSIBILITY OF ARCHITECTURAL PRODUCTION

TEORÍA CRÍTICA, INTERFACES Y DESEMPEÑO FEMENINO EN LA AUTOPRODUCCIÓN DE VIVIENDA: OUTRA POSIBILIDAD DE PRODUCCIÓN ARQUITETÓNICA

Carolina de Sousa Cardoso
carolscard@gmail.com

RESUMO

O presente artigo pretende realizar uma reflexão sobre a potencialidade da associação de premissas da teoria crítica da arquitetura e da teoria feminista com o uso de interfaces de projeto - que podem ser instrumentos, objetos, eventos cuja utilização rompa com a ideia de um produto final e prescritivo e aponte para um processo aberto, que depende da interação do usuário - para o desenvolvimento de uma outra prática arquitetônica. Busca-se discutir a relação entre a prática arquitetônica convencional e a perpetuação de relações de poder que influenciam diretamente na experiência de mulheres inseridas na autoprodução habitacional, para então analisar criticamente duas interfaces, o Jogo da Maquete e o Kit Mobiliário. O artigo fundamenta-se na análise das possibilidades de que tais interfaces possam favorecer resistências aos múltiplos sistemas de dominação e opressão, para então discutir sobre como sua associação com o exercício teórico crítico pode criar possibilidades de processos que visem ganhos de autonomia, sobretudo no sentido de mitigar ou, idealmente, subverter o condicionamento feminino do papel de espectadoras do espaço para o papel de transformadoras ativas.

Palavras-chave: feminismo; autoprodução habitacional; autonomia; interfaces.

ABSTRACT

This article intends to reflect on the potential of associating the premises of critical architectural theory and feminist theory with the use of design interfaces - which can be instruments, objects, events whose use breaks with the idea of a final product and prescriptive and points to an open process, which depends on user interaction - for the development of another architectural practice. It seeks to contest the relationship between the conventional furniture practice and the perpetuation of relations of power relations that can directly result in the gaming experience of women incorporated in the critical practice two mobile game interfaces of Maquete and self-production and housing self-production kit. The article is mainly based on the analysis of the possibilities that interfaces can increase resistance to multiple systems of domination and oppression, and then contest how their association with critical exercise can create possibilities for processes that aim at gains, in the sense of mitigating, ideally, subvert or condition the role of space viewer to the role of active transformers.

Palavras-chave: feminism; housing self-production; autonomy; interfaces.

1. Introdução

Partindo da ideia de que o espaço é um elemento constituinte da realidade social e não somente seu pano de fundo, o intuito central do presente trabalho é contribuir para a discussão sócio-espacial no que se refere à relação entre as práticas de projeto e algumas das estruturas de dominação e opressão experimentadas por mulheres inseridas no contexto da autoprodução habitacional. Interessa, portanto, discutir como o projeto pode atuar enquanto instrumento de manutenção e reforço das relações de poder ou, em sentido contrário, como pode favorecer a problematização da ordem hegemônica e contribuir para o desenvolvimento de processos que intencionem a mitigação e, idealmente, a reversão do condicionamento feminino ao papel de espectadoras do espaço para o de transformadoras ativas.

O trabalho se orienta pela crítica à associação entre o modo de produção capitalista e o patriarcado, que estruturam a sociedade contemporânea e materializam nas cidades brasileiras uma série de problemas que lhes são característicos, como a reprodução de desigualdades sociais, raciais, econômicas e de gênero que, por sua vez, resultam na alta concentração de renda, na segregação socioespacial e na condição de subalternidade do gênero feminino. Nesse sentido, um passo adiante pode ser a aplicação de práticas de projeto que envolvam a produção e o uso de interfaces orientadas para a valorização de formas de resistência à lógica convencional, que deem voz aos indivíduos relacionados com a produção espacial e busquem promover sua autonomia. Acredito que interfaces deste tipo, se aliadas a produções teóricas fundamentadas na crítica da heteronomia, como são a teoria crítica da arquitetura e a teoria do movimento feminista, podem contribuir para novos meios de projeção, produção e atuação arquitetônica, em que a interdisciplinaridade sirva como potencializadora para que mulheres possam resistir à concepções impostas por outros e tenham maior capacidade e possibilidade de habitarem espaços que atendam melhor às suas necessidades, desejos e dinâmicas específicas.

A fim de analisar criticamente tais possibilidades, em um primeiro momento serão apresentadas três características da prática arquitetônica convencional que se relacionam diretamente com a discussão proposta pelo presente artigo, para então contrapô-las à premissas e abordagens da teoria crítica da arquitetura e da teoria feminista que sugerem caminhos rumo a alternativas à prática convencional, seguindo para uma breve discussão sobre os diferentes modos de produção habitacional e a especificidade da inserção de mulheres na autoprodução de moradias. Em sequência, propõe-se uma análise de alguns dos aspectos das interfaces Jogo da Maquete e o Kit Mobiliário para, por fim, discutir sobre como a inserção de uma perspectiva crítica de gênero na prática arquitetônica pode compor uma práxis-política interdisciplinar, ampliando possibilidades de resistência à ordem hegemônica.

2. Sobre a prática arquitetônica convencional

Para discutir como a teoria crítica da arquitetura e a teoria feminista podem ser úteis para avançar na argumentação acerca do uso de interfaces por mulheres inseridas na produção de moradias, convém tratar brevemente sobre a prática arquitetônica convencional. É necessário esclarecer que não se pretende apresentar um panorama completo que seja capaz de analisar todos os contextos, problemáticas e discussões acerca do assunto, mas somente explicitar três características que possuem implicação direta na possibilidade de interfaces servirem para “o provimento de meios para a autonomia das pessoas envolvidas na produção do espaço” (KAPP, et al, 2008, p.10).

A primeira característica refere-se à predileção, por parte de profissionais da arquitetura, por uma prática teorizada e institucionalizada cujo foco está no projeto de obras extraordinárias, com alto nível de formalização técnica e fundamentada em conceitos e discursos que legitimam os princípios do campo arquitetônico. Mesmo que o desenho de espaços cotidianos, a exemplo da moradia popular, tenha sido incluído no escopo produtivo do campo e represente uma parcela significativa da demanda de trabalho atual, eles permanecem em uma posição inferior na ordem de interesses de arquitetos. Tal desvalorização é exacerbada quando voltada para espaços produzidos fora do campo – espaços ordinários, resultantes de um conjunto de iniciativas individuais e guiados por saberes compartilhados e não formalizados (KAPP, 2005) – que, apesar de predominarem nos centros urbanos, não são reconhecidos nem legitimados como manifestações da arquitetura, o que resulta em um aprofundamento de sua condição marginal.

A segunda característica do campo é sua postura predominantemente acrítica, normativa e prescritiva. A área da arquitetura, apesar de se inserir em questões sociais e espaciais, se dedica muito menos à implicação social de suas práticas do que às technicalidades, geralmente se restringindo a descrição de contextos e situações em detrimento de reflexões que examinem de forma aprofundada e crítica as relações sociais, espaciais ou a dialética entre espaço e sociedade. À essa ausência de reflexões críticas soma-se o modelo de prática arquitetônica convencional em que o arquiteto imagina os hábitos e ações dos futuros usuários dos espaços, partindo do pressuposto que conhece suas necessidades melhor que eles mesmos, e então determina normas que devem ser universalmente aplicáveis. Em outras palavras, o arquiteto determina normas específicas que devem se aplicar a um usuário inespecífico (KAPP, 2005), para então prescrever por meio do projeto a configuração espacial que pressupõe ser mais adequada. Nos (raros) casos em que atuam junto a demandas populares, a referida prática permanece praticamente inalterada. A produção de espaços cotidianos costuma ser tratada da mesma maneira que os espaços especializados (BALTAZAR, 2014), desconsiderando-se as particularidades dos diversos grupos sócio-espaciais que os vivenciam.

Por fim, a terceira característica refere-se à lógica de solução de problemas, que se relaciona diretamente com a postura citada acima. Pressupõe-se que usuários dos espaços projetados têm as

mesmas necessidades (que permanecem inalteradas independente do tempo ou alterações na dinâmica de vida) e possuem também os mesmos problemas em relação à moradia, que são passíveis de serem resolvidos por soluções semelhantes e genéricas, uma vez que se ancora na conjectura de total passividade do usuário em relação às normas determinadas pelo arquiteto. Assim, prescreve-se soluções para problemas ainda não materializados, antecipando a experiência alheia. O resultado são espaços que, de uma maneira ou de outra, se mostram inadequados, pois “pessoas reais não se comportam segundo uma lógica simples de causa e efeito” (KAPP et al, 2008, p.29) e evidentemente possuem interesses, vivências, vontades e demandas muito mais diversas do que a imposição normativa e a padronização praticadas pelo campo arquitetônico convencional podem comportar.

De modo geral, a consequência dessas três características para mulheres inseridas na autoprodução habitacional é o agravamento de sua situação de marginalização e subordinação social, que impactam diretamente na capacidade e condições que possuem de articularem suas próprias demandas e participarem da produção de seus espaços de forma mais autônoma. A prática arquitetônica convencional, ao deslegitimar espaços cotidianos, exclui as questões e problemáticas referentes a tais espaços do escopo de interesses de profissionais do campo e, por tomar todos os contextos de forma genérica, impossibilita uma crítica aprofundada dessas mesmas problemáticas. Ao se pautar pelo estabelecimento de normas universais e prescrição de soluções que não consideram as especificidades da relação entre mulheres e suas moradias, trata de forma contingencial seus problemas, fazendo com que as soluções propostas sejam não somente ineficazes como também contribuam para o agravamento destes problemas por suavizar temporariamente as consequências da ordem social hegemônica, o que favorece sua perpetuação e dificulta iniciativas de resistência.

3. Sobre as teorias críticas da arquitetura e do movimento feminista

A teoria crítica da arquitetura e a teoria do movimento feminista se contrapõem significativamente às características apresentadas anteriormente. De forma sucinta, pode-se definir teoria crítica como formas de conhecimento que visam a reflexão e problematização de questões específicas e de seus próprios procedimentos e métodos, diferindo de outros modos de investigação por não terem como objetivo preliminar a comprovação de hipóteses ou a determinação de soluções precisas, mas por buscarem a proposição de modos de pensamento voltados para a mudança social. Cabe esclarecer que aqui o uso do termo “teoria crítica” não está atrelado a correntes teóricas específicas, mas foi apropriado para um sentido mais abrangente, em consonância com a definição proposta por Allen (2016):

[...] falamos em Teoria Crítica tanto em termos de qualquer teoria que faça crítica aos mecanismos sociais vigentes – como o feminismo, a Teoria Queer, a Filosofia Crítica da Raça, a Teoria Pós-Colonial... neste sentido, todas essas são consideradas teorias críticas (e são diferentes de, por exemplo, abordagens teóricas mais abstratas ou utópicas que estão

interessadas em falar sobre como a sociedade deveria ser, sem olhar para como ela realmente é) (ALLEN, 2016, p.252).

No âmbito da teoria crítica da arquitetura, um contraponto central à primeira das características citadas no tópico anterior é a definição do que é arquitetura. Aqui, toma-se o significado proposto por Kapp (2008, p. 223), que a entende como “todo espaço modificado pelo trabalho humano, seja ele projetado ou não, tenha ele características extraordinárias ou não”, englobando, portanto, espaços cotidianos que são marginalizados pela prática convencional. A inclusão de tais espaços no bojo do campo arquitetônico significa, entre outros aspectos, a legitimação de seus praticantes, assim como de suas necessidades e produções.

Outro aspecto relevante é o objetivo central da teoria crítica da arquitetura, sendo este de “elucidar as contradições nos processos de produção e de uso do espaço, e apontar possibilidades de transformação desses processos” (KAPP et al, 2008, p.13). Em outras palavras, interessa analisar e apreender as formas de produção espacial e as relações estabelecidas com os agentes envolvidos, com foco na dominação e na heteronomia, buscando explicitar como a lógica genérica e abstrata característica do campo arquitetônico convencional determina a vida das pessoas e as força a um papel passivo. Nesse sentido, a teoria crítica da arquitetura contrapõe-se à postura acrítica, prescritiva, normativa e generalista, apresentando-se como um exercício (pois não se limita a um momento específico, devendo ser continuamente desenvolvida, revista e analisada) que:

[...] é, ao mesmo tempo, uma forma de teoria e uma forma de práxis. Ele tende a ser mais teórico enquanto concerne à sociedade como totalidade e se torna mais prático quando aborda situações específicas. Mas ele nunca pretende ser um manual, um manifesto ou uma estratégia de solução de problemas. Ele não fornece regras universais ou declarações genéricas sobre que tipo de espaço seria bom para os seres humanos. Ele sempre permanece crítico, não-prescritivo. (KAPP et al, 2008, p.11)

Destaca-se, por fim, a lógica da problematização ao invés da orientação para solução de problemas praticada pelo campo convencional. Partindo da consideração da dialética entre produção do espaço e relações sociais, interessa compreender e refletir criticamente a estrutura subjacente a essa produção, suas premissas e seus efeitos. Assim, a teoria crítica não apresenta respostas imediatas: se o fizesse, reproduziria a lógica normatizadora a que critica. Contudo, apesar de não ter aplicação imediata, pode ter implicações práticas, no sentido de proporcionar maior esclarecimento, percepções e aproveitamento refletido dos ensejos de avanço (KAPP, 2005).

Tendo em vista a especificidade das práticas de projeto que serão discutidas posteriormente neste texto e o contexto sócio-espacial em que se inserem as mulheres envolvidas em tais práticas, é preciso considerar como os atravessamentos entre a produção espacial e as relações sociais são estabelecidos não somente em função do gênero, mas também de outras categorias de diferenciação que moldam as vivências femininas e que, para além de serem sobreposições de opressões, são aspectos indissociáveis cujos limites se tencionam e, por vezes, se fundem. É necessário pontuar que o debate

sobre as disparidades de poder e representatividade entre mulheres envolve uma variedade de questões complexas e imbricadas, e abordá-lo propriamente exige mais que somente um artigo. Contudo, isso não diminui a pertinência de analisar, mesmo que de modo simplificado, como tais categorias incidem diretamente sobre as práticas individuais e coletivas e, portanto, sobre a produção espacial.

Mesmo que o debate feminista tenha se inserido no campo arquitetônico, sobretudo no âmbito acadêmico a partir da década de 1990 (RENDELL, 2018), a prática convencional pouco se alterou quanto à abordagem de tomar as opressões, estruturas de poder e formas de dominação de forma isolada, restringindo-se a mera descrição dos contextos e situações e a proposição de soluções genéricas e tomadas como universalmente replicáveis. Assim, mantém-se com a lógica de desvalorização e marginalização dispensada a espaços que escapam à lógica produtiva convencional, ao deixar de posicionar as formas múltiplas de dominação – de gênero, classe, raça – como categorias de análise, minando as possibilidades de uma compreensão mais profunda das particularidades que permeiam as diversas relações entre os grupos sociais e os espaços que produzem e utilizam. Em contraponto, a teoria crítica feminista sugere uma abordagem diferente, que pode impactar diretamente nos modos de produção do espaço, por compor-se como uma prática ao mesmo tempo política e ideológica com potencial de contestar ou intervir em discursos hegemônicos.

Nesse sentido, a contribuição de feministas orientadas pelos recortes da raça, classe social e decolonialidade é essencial, especialmente por inserirem no debate sobre gênero a problemática da universalização dentro da teoria feminista e por proporem uma perspectiva interseccional em estudos, análises e discursos sobre mulheres e suas vivências. A partir da identificação de que grande parte do conhecimento produzido se estrutura em torno de uma construção ideológica e cultural de mulher como categoria homogênea e universalmente aplicável, cujo referencial principal são as experiências e prioridades de mulheres de Primeiro Mundo, estas pesquisadoras e ativistas contestam produções e práticas do próprio movimento feminista que se apropriam e colonizam discursivamente as heterogeneidades das vidas das mulheres do Terceiro Mundo, reduzindo-as à categoria de “outros” (MOHANTY, 1984; CHILISA; NTESEANE, 2010) e impondo a elas ainda outras e novas relações de dominação.

Considerando que espaço e relações sociais estabelecem entre si uma relação dialética que molda os indivíduos ao mesmo tempo que é moldada por eles, a proposição de um olhar interseccional é ainda mais fundamental para a presente discussão. Sendo a produção espacial atravessada por hierarquias de poder, mesmo práticas de projeto voltadas para ganhos de autonomia feminina permanecem circunscritas nestas hierarquias, podendo facilitar ou até perpetuar com o ocultamento de lutas e resistências que se desenvolvem fora da estrutura social heterônoma. Assim, ter como premissa de análise uma perspectiva interseccional permite entrever caminhos para compreender melhor a imbricação entre as especificidades das opressões impostas às diferentes participantes das experiências

e de que modo o projeto de arquitetura pode ser desenvolvido respeitando a heterogeneidade e, ao mesmo tempo, buscando avanços em um projeto articulado coletivamente para a mudança social.

A problemática da apropriação e colonização discursiva também se destaca aqui pela necessidade de considerar que processos da periferia global são lidos a partir de conceitos e categorias de análise produzidos pelos países do centro. Neste contexto, o exercício contínuo da crítica mostra-se fundamental para que conceitos, categorias de análise, estruturas de linguagem e visões de mundo não sejam simplesmente transportados para contextos distintos daqueles em que foram produzidos, o que serve somente ao apagamento, silenciamento e marginalização de experiências e conhecimentos de mulheres residentes de países periféricos. Sobre isso, Mohanty (1984) argumenta que:

A produção acadêmica feminista não pode evitar o desafio de situar a si mesma e examinar seu papel na estrutura econômica e política global. Fazer menos que isso seria ignorar as interconexões complexas entre economias de Primeiro e Terceiro Mundos e seu efeito profundo sobre a vida das mulheres em todos os países. (MOHANTY, 1984, p.336)

Para evitar que estudos, análises e produções pautados por uma perspectiva de gênero não se delimitem como marginais aos discursos feministas hegemônicos, é preciso buscar a formulação de prioridades e estratégias feministas que sejam geográfica, histórica e culturalmente circunstanciadas, como argumentado por Kapp (2021):

Uma teoria ou um modelo sócio-espaciais podem ser aplicados num lugar diferente do seu contexto de origem, mas só ampliarão o conhecimento acerca desse lugar se houver condições subjetivas e objetivas para examinar criticamente sua relevância concreta ali (inclusive para as populações locais, os sujeitos das pesquisas sócio-espaciais) e para refletir, questionar e, se for o caso, transformar aquela teoria. (KAPP, 2021, p.360).

O que se pleiteia aqui não é o abandono de contribuições da teoria feminista ocidental, e sim a necessidade de desenvolver categorias de análise e estratégias de ação que sejam circunstanciadas em relação ao espaço e a sociedade a que pretendem ser úteis. Trata-se de fazer com que esses espaços e essa sociedade “sejam ponto de partida e atores da produção de conhecimento, não meros lugares de chegada ou ‘aplicação’” (KAPP, 2021, p.363). Assim, o reconhecimento de percepções e experiências cotidianas como fonte de informação válida para a produção de conhecimento é um dos aspectos centrais de contraposição da teoria feminista em relação ao campo arquitetônico tradicional, pois possibilita a construção de bases para a ação fundamentadas em contextos e situações específicas e que, portanto, sugerem estratégias mais eficazes para a organização contra a exploração e para a busca por transformações emancipatórias. Em conjunto com a premissa de produções ao mesmo tempo teóricas e práticas, o esforço de compreender, problematizar e explicar contextos díspares e a consideração das diferenças entre mulheres, a teoria crítica feminista aponta para outra prática arquitetônica, a favor de uma “prática espacial crítica”, conceito cunhado por Rendell (2018) para atividades cotidianas e práticas criativas que buscam resistir à ordem social dominante.

4. Sobre as teorias críticas da arquitetura e do movimento feminista

Estabelecida a contextualização teórica, torna-se necessário discutir brevemente o contexto sócio-espacial específico que interessa aqui: o de mulheres residentes em áreas urbanas periféricas de cidades brasileiras, que se relacionam de alguma maneira com habitações informais autoproduzidas.

De início, cabe conceituar a produção formal e a produção informal. A primeira refere-se à produção do espaço reconhecida socialmente e legitimada por direito (KAPP, 2003), em que as fases de concepção, construção e uso ocorrem separadamente, com foco no valor de troca. Já a produção informal não é reconhecida nem legitimada (KAPP, 2003), o processo produtivo não pressupõe uma separação clara entre concepção, construção e uso, e o foco reside antes no valor de uso do que no valor de troca (KAPP et al, 2009). No tocante às modalidades inseridas nessas duas formas de produção, é possível sistematizar a formal como heterônoma e convencional, e a produção informal em autônoma, que pode se dar por autoconstrução, autoprodução e autogestão. Tendo em vista a reflexão aqui proposta, interessam a produção convencional e a autoprodução, especificamente no que tange aos níveis de autonomia que apresentam.

A produção convencional caracteriza-se pela heteronomia, em que o *hetero-nomos* é a norma alheia que, aplicada à vida de usuários de espaços cotidianos, configuram um contexto de dominação em que indivíduos e grupos primários não tem possibilidade e (ou também) capacidade de negociar e decidir por si mesmos acerca dos aspectos relativos a seus espaços (KAPP et al, 2008). Em contraponto, a autoprodução é o “processo em que os próprios usuários tomam as decisões sobre a construção e gerem os respectivos recursos” (KAPP et al, 2009, p.11) e que, de modo geral, resulta em “uma produção cotidiana do espaço que, ao menos em alguns aspectos, remete à ideia de emancipação”. (KAPP et al, 2008, p.18)

É necessário pontuar que a autonomia relativa de autoprodutores é reflexo de sua posição marginal na sociedade capitalista, que determina sua exclusão da produção formal. Além disso, deve-se considerar que no contexto social em que a autoprodução se faz mais presente, determinados grupos sociais ocupam posições ainda mais marginalizadas – sobretudo aqueles que, historicamente, detêm os menores níveis de poder de decisão e atuação, como é o caso das mulheres.

Desse modo, convém problematizar a maior autonomia de decisão atribuída de forma generalista à autoprodução. A subordinação feminina se estende aos mais diversos âmbitos da vida urbana, sendo que, na esfera do espaço privado, a moradia é evidenciada como cenário de diversos conflitos que minam o poder de decisão que as mulheres possuem em relação à produção de seus espaços. A lógica de condicionamento feminino a certos horizontes de atuação e práticas socialmente determinadas, o “lugar de mulher”, não inclui contextos de produção espacial, sejam eles formais ou não. Considerando que uma das características principais das produções informais é que o processo produtivo não possui uma separação clara entre as fases de concepção, construção e uso, tem-se que o processo de tomada de decisões

na autoprodução não se restringe a um momento específico, o que delimita um cenário em que as mulheres inseridas nessa modalidade produtiva são repetidamente desconsideradas como sujeitos capazes e com direito de participar de tal processo. De modo análogo aos usuários de habitações derivadas da produção convencional, que vivenciam as consequências da imposição de normas que não lhe são próprias, mulheres inseridas na autoprodução se veem frequentemente condicionadas a espaços que são insuficientes e/ou ineficazes para suprir suas necessidades.

Essa contradição evidencia a necessidade de se transformar tanto o modo de produção formal quanto os informais, aproveitando os aspectos positivos de cada um e buscando meios de reverter os problemas e consequências que deles resultam, tendo como premissa o desenvolvimento de uma prática espacial crítica, com formas de atuação e processos produtivos que sejam circunstanciados pela especificidade dos múltiplos contextos sócio-espaciais existentes. Nesse sentido, um passo adiante é a produção de interfaces que possibilitem que os envolvidos na produção espacial possam realizar suas próprias ações críticas (KAPP et al, 2008), e que tenham como horizonte um cenário de maior autonomia destes indivíduos. Para explorar essas questões, bem como outras potencialidades do uso de interfaces, proponho a análise de dois aparatos: o Jogo da Maquete, desenvolvido pelo grupo de pesquisa MOM, e o Kit Mobiliário, desenvolvido pela arquiteta Carina Guedes.

5. Jogo da maquete e kit mobiliário sob uma análise crítica

O Jogo da Maquete é uma interface desenvolvida pelo grupo de pesquisa Morar de Outras Maneiras (MOM), sediado pelo Departamento de Projetos (PRJ) e pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU) da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (EA-UFGM). O objetivo do aparato é facilitar a concepção e discussão coletiva de projetos de arquitetura para grupos sócio-espaciais, tendo sido inicialmente desenvolvido para ser utilizado em um processo de assessoria técnica com um grupo de ciganos, com intuito de facilitar a compreensão da lógica construtiva convencional, uma vez que a forma de produção espacial com a qual este grupo era familiarizado era a de espaços temporários feitos com tendas. O Jogo é composto por painéis de base feitos com chapas de MDF e EVA modulados em quadrados de 60 cm, elementos construtivos como paredes, esquadrias, lajes, feitas com chapas de MDF, peças de mobiliário e equipamentos feitos de cartolina branca, todos na escala 1:25, uma trena com marcações de 60 cm em 60 cm e uma mala, que além de servir para o armazenamento e transporte pode ser usada como suporte ou mesa para o Jogo. (Figura 1)

O Jogo foi criado tendo como alguns de seus princípios básicos ser um objeto de interação, um apoio na elaboração de projetos, de fácil manuseio e transporte, ao invés de somente um meio de representação de espaços prontos. Para ser um estímulo à imaginação acerca dos espaços que estão sendo concebidos, as peças não são imitações realistas e alguns exercícios são propostos, como o

“Exercício do lugar real”. Ele consiste em uma atividade inicial na prática da assessoria com o uso da interface, e busca fazer com que os usuários comecem a relacionar o aparato com o lugar real, que de fato experimentam. Desde que foi produzido para o processo de assessoria com o grupo de ciganos, o Jogo foi utilizado com outros grupos sócio-espaciais e resultou em algumas experiências bem sucedidas, outras nem tanto. Independentemente do resultado, essas experiências possibilitam reflexões críticas mais precisas e aprofundadas sobre as formas de produção espacial e como os agentes envolvidos se relacionam com a concepção dos mesmos e com o espaço em si.

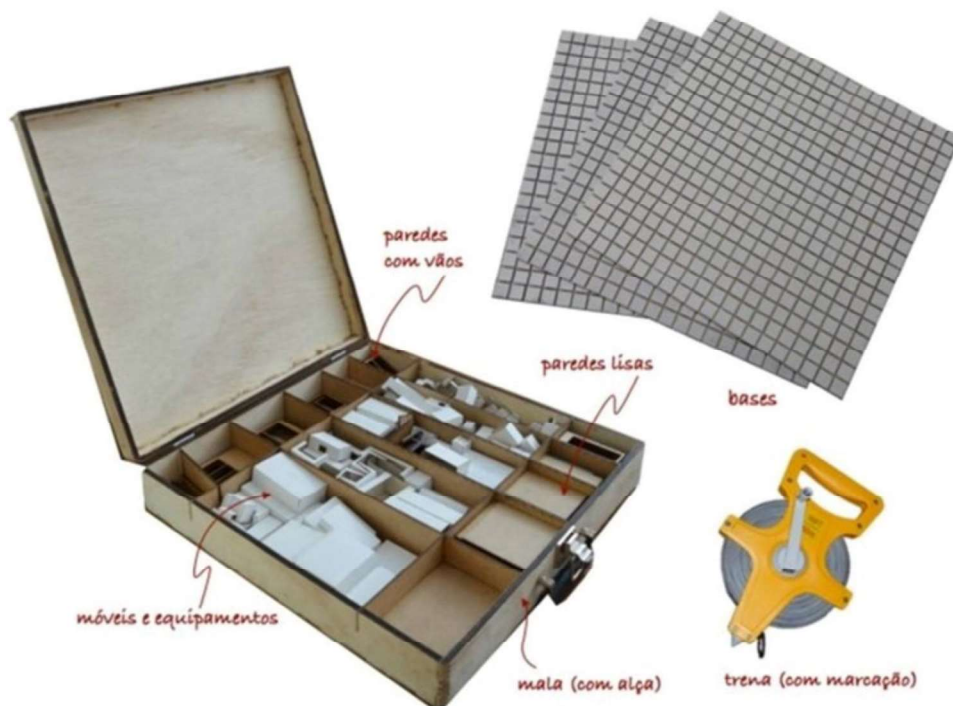


Figura 01: Jogo da maquete. Fonte: MOM-UFMG, s.d.

Já a interface Kit Mobiliário foi desenvolvida pela arquiteta Carina Guedes Mendonça como parte de sua pesquisa de mestrado pela Escola de Arquitetura da UFMG, intitulada *Arquitetura na Periferia: uma experiência de assessoria técnica para grupos de mulheres* (MENDONÇA, 2014). Ele consiste em 27 peças de mobiliário feitas em isopor prensado e desenhadas à mão com caneta, com objetivo de possibilitar que as mulheres que utilizassem a interface pudessem testar diferentes configurações para o layout de suas moradias, facilitando a compreensão acerca dos espaços propostos. A experimentação é feita por meio da manipulação das peças sobre a planta da casa, plotada na escala de 1/50 em folhas de papel comum.

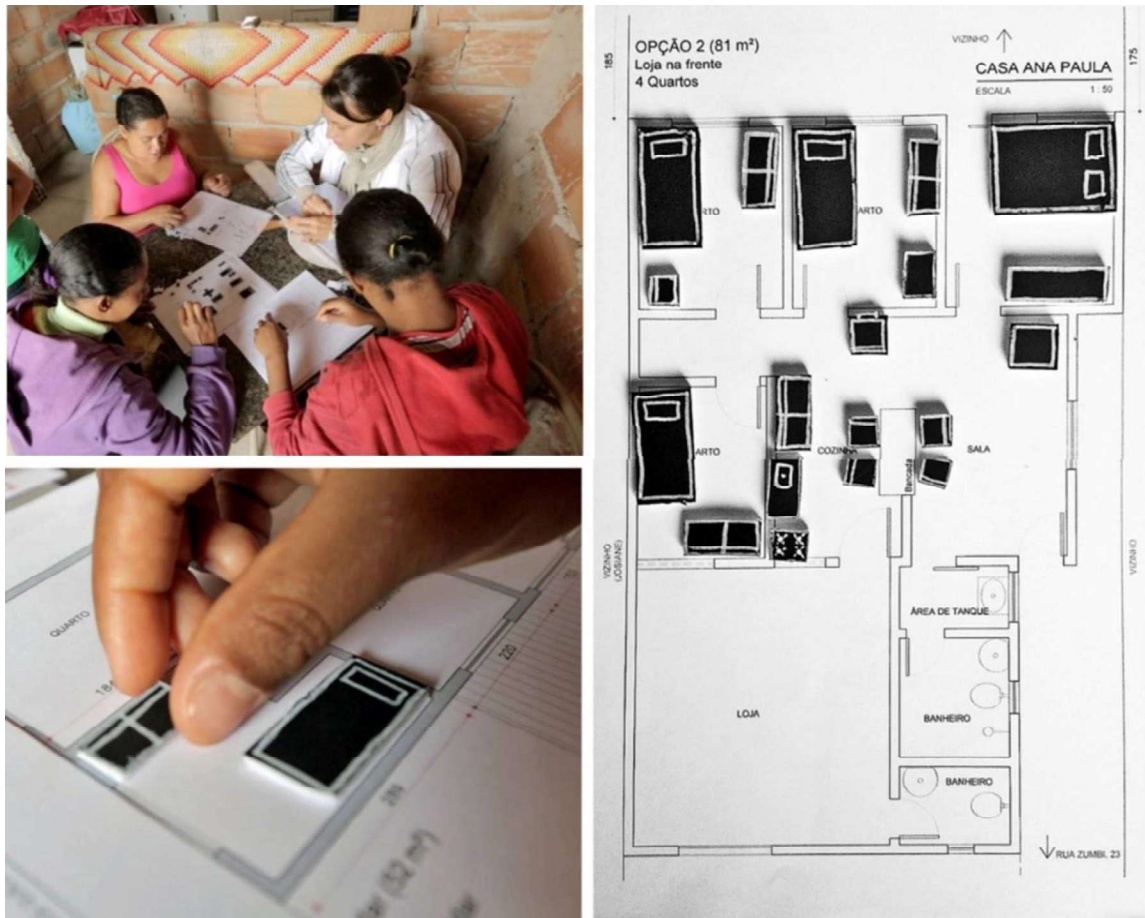


Figura 02: Kit Mobiliário. Fonte: GUEDES, 2014, p.64.

O Kit Mobiliário não é uma interface isolada. Ele compõe um processo, iniciado pela Oficina e o Kit de Levantamento, seguido pela etapa de desenho das moradias e de planejamento das mudanças que seriam feitas na etapa final da construção. O uso da interface com os grupos iniciais da pesquisa evidencia algumas de suas potencialidades, como o auxílio à compreensão das dimensões reais dos espaços que, ao serem pensados no âmbito do projeto, muitas vezes são difíceis de terem a escala compreendida por quem não atua na área da construção. A manipulação das peças de mobiliário possibilitou uma melhor visualização dos cômodos e estimulou, inclusive, alterações pontuais por parte das usuárias nas disposições de seus móveis que eliminaram a necessidade de fazer alterações estruturais. Como colocado por Guedes, “além de mostrar que ela estava compreendendo melhor as possibilidades daquele espaço, estava colocando em prática mudanças que poderiam melhorar sua vida cotidiana” (MENDONÇA, 2014, p.66). A pesquisa de mestrado de Carina resultou no grupo Arquitetura na Periferia, atualmente formalizado pela criação do Instituto de Assessoria à Mulheres e Inovação, que tem como premissa central promover a melhoria de moradias de mulheres residentes de áreas periféricas, visando favorecer a autonomia, capacidade de análise, planejamento, discussão e cooperação das

participantes. O Kit Mobiliário continua a ser usado pelo projeto, inclusive tendo sido associado com o Jogo da Maquete em algumas experiências.

Para organizar os aspectos das interfaces analisadas em relação à possibilidade de ganhos de autonomia, a análise proposta neste texto se orienta por duas balizas críticas: a interação entre os usuários e as interfaces, e os limites dos aparatos. O intuito é problematizar os aspectos elencados para a análise, evitar que ela desemboque numa valoração baseada na capacidade que possuem de “resolver o problema”, e numa transposição acrítica de conceitos e experiências que foram produzidos em decorrência de um contexto específico (as assessorias técnicas com o grupo de ciganos e de mulheres residentes de áreas periféricas, no caso do Jogo da Maquete e do Kit Mobiliário, respectivamente) para o contexto de mulheres inseridas na autoprodução habitacional. Assim, esta sessão destina-se a tentar discutir de forma síncrona características gerais de interfaces voltadas para a projeção de espaços e características específicas de ambas. O esforço, antes de tecer um comparativo simplista, é de construir um processo de análise, que não tem pretensões finalísticas, e sim de ser aberto à apropriação e à possibilidade de continuidade.

Na prática arquitetônica convencional o projeto é, majoritariamente, uma prescrição da forma final do espaço, uma forma de representar um produto em que “algo concebido antes (projeto), remete a algo que estaria por vir (espaço construído), e estabelece um estado de permanência (a arquitetura pronta, acabada)” (BALTAZAR, 2012, n.p.). Assim, interfaces inseridas nessa lógica objetivam convencer e encantar o usuário, mediando o processo de imposição de prioridades, gostos, conceitos, configurações espaciais e escolhas estéticas feitas por agentes externos (geralmente do campo arquitetônico), perpetuando com o ideal de condicionamento do usuário como personagem na mão do arquiteto (KAPP, 2005) e com a postura normativa e prescritiva. Em outras palavras, a interação se dá por uma participação pré-determinada, em que o uso da interface se refere somente a um acionamento de experiências anteriores, privando o usuário de obter resultados distintos e mantendo-o apartado do processo de decisão sobre a produção de seus próprios espaços.

No caso das duas interfaces aqui analisadas, o foco reside antes no estímulo a uma relação social no âmbito da experiência, pois os produtos de seu uso são diretamente determinados pela relação entre usuário, o aparato, o momento e a forma em que o uso acontece e, também, o espaço que se pretende conceber com o auxílio das interfaces. De forma oposta às interfaces relacionadas à prática convencional que atuam como meios de convencimento ou encantamento, a intencionalidade do Jogo da Maquete e do Kit Mobiliário é libertadora, voltada para o ganho de autonomia dos usuários. Assim, ao invés de somente representarem algo antecipado e decidido por outros, rompem com o fetiche do projeto-produto e abrem possibilidades para uma variedade de resultados possíveis, cuja determinação depende diretamente da interação. Tal abertura resulta em uma forma de engajamento que dificilmente poderia ser alcançada se o processo se desse conforme a prática de projeto convencional. Por abrirem

possibilidades para que as pessoas pensem de acordo com suas próprias lógicas em função de suas próprias necessidades, vivências e preferências, ambos os aparatos auxiliam na interlocução das necessidades específicas dos usuários, possibilitando que apliquem seus próprios conhecimentos, adquiram novos e experimentem soluções e configurações espaciais conforme lhes convier, para então se decidirem sobre qual solução é a mais adequada.

Nesse sentido, o Jogo da Maquete, ao dispor de uma base livre, sem quaisquer elementos pré-fixados, sobre a qual o usuário pode encaixar, rotacionar e posicionar as peças construtivas do modo que preferir, cria uma condição que estimula seu uso e contribui para uma ampliação do imaginário acerca do espaço e de sua produção. Já os elementos do Kit Mobiliário, mesmo que mais simples e com menor atratividade relacionada à sua forma, também tem seu foco situado na experiência, que é, portanto, determinante do próprio produto da interação. Assim, as duas interfaces convergem no sentido que as experiências e produtos proporcionadas por seu uso são determinadas sobretudo pelo usuário em função de sua imersão no espaço, dependendo, portanto, do tempo, do momento da experiência e de como ela é feita, o que pode estabelecer uma prática de projeto muito distinta da convencional e que possui maior potencial de resultar em espaços adequados às especificidades das mulheres que as utilizam no âmbito da autoprodução.

Outro aspecto que diferencia o Jogo da Maquete e o Kit Mobiliário de outras interfaces de projeto é o papel exercido pelo arquiteto. Na prática convencional, ele atua enquanto agente determinista, tomando as decisões pelo futuro usuário, sem questionar ou problematizar a ordem hegemônica. Já no caso dos aparatos analisados, o usuário é o agente, com capacidade de decidir o que fazer e de colocar em prática suas decisões, bem como de manipular a interface de forma mais autônoma, numa prática oposta ao determinismo. Mesmo que nos contextos que originaram as interfaces os processos tenham sido de assessoria técnica e, portanto, contaram com arquitetos no papel de mediadores, a presença destes não é imprescindível para o uso da interface, ao menos não de forma continuada. A necessidade do entendimento de questões técnicas (como a da modulação e da escala, por exemplo) demanda, pelo menos, algum tipo de orientação para que as interfaces possam ser utilizadas pelas usuárias. Contudo, tais aspectos técnicos não são complexos a ponto de restringir significativamente o uso, mesmo se a usuária não puder ou conseguir compreendê-los em sua totalidade. Além disso, por serem objetos de fácil manipulação e que se referem a elementos construtivos e equipamentos que fazem parte do cotidiano, é possível que as usuárias possam por si só dar continuidade ao uso do aparato da forma e na frequência que lhes for conveniente e, assim, avancem no ganho de autonomia em vez de criarem dependências de agentes externos.

Ademais, outros três aspectos são importantes de serem ressaltados. O primeiro é que a experiência derivada do uso das interfaces é permeada por uma série de questões referentes às mulheres participantes, ao indivíduo que atua como mediador, e ao espaço em que a experiência é materializada.

Por exemplo, se o Kit Mobiliário for empregado em um processo de assessoria técnica mediado por um profissional da arquitetura com forte consciência crítica e com participação de mulheres racializadas, de baixo poder aquisitivo e residentes de áreas marginalizadas (como é o caso dos grupos formados pela arquiteta Carina Guedes, expostos brevemente na seção anterior), possivelmente os resultados da interação serão permeados por questões advindas da trajetória que é particular ao contexto espacial e a vida de cada um dos sujeitos em questão. Por um lado, pode haver maiores dificuldades que as mulheres participantes expressem suas vontades e prioridades porque estão condicionadas a papéis sociais de submissão generalizada, ou pelo fato de residirem em áreas urbanas em que a violência se faz presente no cotidiano e as desigualdades de gênero são acentuadas. Por outro, é possível que o mesmo fator de residirem em tais áreas, em que a autoconstrução é prática comum, faça com que compreendam com facilidade a proposta de uso de interfaces para a concepção espacial, e que isso resulte em produtos mais adequados às suas necessidades e desejos. Já uma experiência mediada por um arquiteto iniciante na prática teórico-crítica, com um grupo de mulheres de classe média e residentes de bairros da cidade formal, envolve uma outra gama de questões e pode ter resultados muito distintos. Em suma, cada experiência de uso das interfaces é única e determinada por mais fatores do que é possível (ou desejável) prever, o que por si só não constitui um argumento contrário à sua aplicação na prática projetual. Importa observar criticamente e tanto quanto possível as condições e fenômenos que estão envolvidos em cada contexto em que serão utilizadas, mantendo como premissa principal que a prática pode e deve ser ajustada e reformulada continuamente – e o fato de que as interfaces em questão permitem tais ajustes de percurso é argumento suficiente para defesa de sua incorporação na prática de profissionais do campo arquitetônico.

O segundo aspecto é que, como os aparatos possuem elementos pré-definidos (as peças) que se referem ao modo de construção convencional, é possível que restrinjam e limitem as experiências dos usuários. Porém, como não há uma predefinição do produto em si e nem o pressuposto de que o processo resulte num objeto acabado, as interfaces possibilitam um número significativo de resultados possíveis e podem atuar no sentido contrário da mera reprodução, levando o usuário a refletir criticamente sobre os espaços, usos e a relação entre ambos, num processo de desenvolvimento que serve à sua própria criatividade. Por fim, o terceiro aspecto refere-se a que, por se tratar de um aparato cuja função central é auxiliar na concepção espacial e na discussão coletiva de projetos, pode parecer no início de que seu uso se restringe a este momento específico do processo produtivo, não se estendendo para os momentos da construção em si e do uso. Contudo, se colocarmos a análise sob a perspectiva do limite das interfaces, é possível vê-las de outra forma.

Entender a interface em relação ao seu limite implica considerar que ela foi produzida em função de um contexto específico e que, portanto, não é capaz de atender a todas as possibilidades de situações. Por exemplo, se o Jogo da Maquete for empregado num contexto de produção espacial

institucionalizado, em que há a necessidade de definição prévia de todos os aspectos da construção para a elaboração de orçamentos e processos licitatórios, ela irá perpetuar com a lógica convencional do projeto como prescrição de um produto ainda não materializado. Contudo, se utilizada no contexto de mulheres inseridas na autoprodução de suas moradias, que é o que interessa ao presente trabalho, tal prescrição não é imperativa. Nesse sentido, ambas as interfaces analisadas estabelecem limites para a ação sem prescrevê-la. Há uma relativa predeterminação do produto material, que será necessariamente a projeção de espaços, mas estes não possuem forma ou uso específico (podem ser para moradia, ou para o comércio, se alterarem com o decorrer do tempo e serem reformulados para um novo uso), e podem ser de acordo com a lógica construtiva convencional ou não (pois há abertura para que as usuárias deem continuidade ao processo e, se desejarem, produzam peças de outros elementos construtivos e as acrescentem aos aparatos). Desse modo, os produtos, definidos pela interação com a usuária, servem como planos, indo além de serem somente uma representação pragmática destinada a solucionar problemas pré-estabelecidos em situações determinadas – o que é planejado refere-se a indícios do que virá a ser, mas há possibilidade de acomodação do acaso. Como já discutido, as interfaces atuam na lógica de ampliação da capacidade de prospecção, pois abrem possibilidades para que as envolvidas reformulem as soluções espaciais com agilidade condizente com a dinâmica dos eventos reais. Esse último fator é muito relevante no âmbito de moradias autoproduzidas, que são comumente concebidas, construídas, usadas e alteradas de forma concomitante e contínua. Desse modo é perfeitamente possível que as mulheres autoprodutoras utilizem tanto o Jogo da Maquete quanto o Kit Mobiliário para repensar a configuração dos cômodos, fazer alterações em função de mudanças nas necessidades da família, ou para compreender melhor o que será feito por meio da materialização propiciada pelas interfaces, que não é um aspecto irrelevante, tendo em vista a problemática discutida anteriormente do argumento de que obra não é “lugar de mulher” e o impacto que possui na sua capacidade de mulheres questionarem, argumentarem e decidirem sobre seus espaços.

6. Entre teoria crítica, interfaces e autonomia

No contexto aqui discutido, autonomia se refere tanto ao direito quanto à capacidade de mulheres autoprodutoras tomarem decisões sem que lhes sejam impostas normas de outros. Não é possível que essa autonomia seja dada, mas ela pode ser construída por meio de práticas e instrumentos que as auxiliem a realizarem suas próprias ações críticas no espaço. Nesse sentido, conectar os aspectos potenciais da teoria crítica da arquitetura e de teoria do movimento feminista com as possibilidades inferidas por meio da análise do Jogo da Maquete e do Kit Mobiliário sugere a inserção de uma perspectiva de gênero na busca por meios alternativas à lógica convencional de produção sócio-espacial, o que pode contribuir para o desenvolvimento de uma prática social crítica.

Essa perspectiva implica numa mudança que vai além de meros ajustes paliativos na forma de atendimento profissional ou nos preceitos utilizados no projeto, por exemplo. Ela engloba, entre uma série de outras coisas, tomar como arquitetura todo espaço construído por trabalho humano, em vez de encarar moradias autoproduzidas como desvios; dar visibilidade para a existência de distintas percepções e vivências, em contraposição a pressupor uma homogeneidade de necessidades, desejos e prioridades comuns a todas as pessoas, para as quais se estabelecem normas e soluções genéricas que devem se aplicar universalmente; ver tais percepções e vivências por meio de uma perspectiva interseccional, entendendo que elas são moldadas pela existência ou ausência de determinadas categorias de diferenciação e que, assim, não se deve generalizar a experiência feminina como se fosse única e passível de ser apreendida em sua totalidade; empreender esforços de problematização e compreensão por meio de um exercício prático e teórico de crítica, em vez de tratar questões sócio-espaciais de forma superficial e acrítica. Alinhada com o uso de interfaces que, assim como as analisadas pelo presente trabalho, servem como mediação para que as mulheres inseridas na autoprodução possam ser consideradas como sujeitos capazes e com direito de participar da produção de seus espaços, é possível avanços concretos no intuito de transformação social.

Referências

- ALLEN, A. Entrevista com Amy Allen. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação**, São Paulo, n. 3, p. 252, 2016.
- BALTAZAR, A.P. A sedução da imagem na arquitetura: Materamoris como alternativa pós-histórica. In: Alice Serra; Rodrigo Duarte; Romero Freitas (ed.). **Imagem, Imaginação, Fantasia: 20 anos sem Vilém Flusser**. Belo Horizonte: Relicário, 2014.
- _____. Além da representação: possibilidades das novas mídias na arquitetura. **V!RUS**, São Carlos, n. 8, dezembro 2012. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/virus08/?sec=4&item=1&lang=pt>. Acesso em: 03.01.2022.
- BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Editora UNESP, [1997] 2004.
- CHILISA, B.; NTSEANE, G. Resisting dominant discourses: implications of indigenous, African feminist theory and methods for gender and education research. **Gender and Education**. Londres, v.22, n.6, p. 617-632, 2010.
- KAPP, S. A outra produção arquitetônica. In: **Estéticas do deslocamento**. Belo Horizonte: Associação Brasileira de Estética, 2008, s.p.
- _____. Autonomia heteronomia arquitetura. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, v. 10, n. 11, p. 95–105, 2003.
- _____. Moradia e contradições do projeto moderno. **Interpretar arquitetura**, v. 6, 2005.
- _____. Periferias da internacionalização na pesquisa sócio-espacial. In: **Anais do VI Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo**. Brasília: Universidade de Brasília, 2021, p. 351–364.
- _____. Por que teoria crítica da arquitetura? Uma explicação e uma aporia. In: Maria Lúcia Malard (ed.). **Cinco Textos Sobre Arquitetura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- _____.; BALTAZAR, A. P.; MORADO, D. Architecture as critical exercise: little pointers towards alternative practices. **Field: a free journal for architecture**, v. 2, n. 1, p. 7–29, 2008.

_____.; NOGUEIRA, P.; BALTAZAR, A. P. Arquiteto sempre tem conceito - esse é o problema. In: **Projetar – Projeto como investigação: ensino, pesquisa e prática**, 2009, São Paulo. Anais do IV Projetar, São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/biblioteca_novo_2/arquivos/kapp_nogueira_baltazar.pdf>. Acessado em 12 de dezembro de 2021.

MENDONÇA, C. **Arquitetura na periferia: uma experiência de assessoria técnica para grupos de mulheres**. 2014. Dissertação (mestrado) -Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014

MOHANTY, C. Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses. **Boundary2**, v. 12, n. 3, p. 333-358, 1984.

_____. “Under Western Eyes” Revisited: Feminist Solidarity through Anticapitalist Struggles. **Signs**, v. 28, n. 2, p. 499–535, 2003.

MOM. Jogo da Maquete. In: **MOM: Morar de outras maneiras**, s.d. Disponível em: <<http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/index.html>>. Acesso em: 14 de dezembro de 2021.

RENDELL, J. Only Resist: A Feminist Approach to Critical Spatial Practice. 2018. In: **The Architectural Review**. Londres. 243 n° 1449. 8 p.

SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2013.